

O PATRULHAMENTO RURAL NA REGIÃO NORTE DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

RURAL PATROLING IN THE NORTHERN REGION OF THE MUNICIPALITY OF GOIÂNIA

PEREIRA, Taiana de Paula¹
COSTA, Leon Denis da²

RESUMO

O objetivo primordial dessa pesquisa foi compreender como é desenvolvido o trabalho realizado pelo patrulhamento rural do 9º Batalhão na região norte de Goiânia, bem como apresentar as percepções dos moradores da zona rural atendida pela patrulha rural. Inicialmente, a pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica seguida de uma pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário em 45 moradores da zona rural atendida pelos policiais militares da Patrulha Rural do 9º Batalhão de Polícia Militar de Goiás. Ficou evidente após a realização da pesquisa que a polícia é uma instituição de grande importância na sociedade, pois ela auxilia outras instituições a promoverem segurança à população, sua atuação é tanto em ambiente urbano quanto rural, onde busca inibir e também atuar diante da criminalidade. Nem sempre, o ambiente rural é a prioridade das instituições policiais, o que faz com que, muitas vezes, esses locais fiquem mais desprovidos de proteção e alvo da criminalidade crescente no país. A existência do policiamento em ambiente rural contribui diretamente para a diminuição na criminalidade local e o trabalho conjunto com população e policiais pode levar a resultados muito mais efetivos, tanto no processo de prevenção, como no combate aos crimes.

Palavras-chave: Patrulhamento. Policiamento. Rural. Comunitário.

ABSTRACT

The objective of this research is to present the work of rural patrolling in the northern region of the city of Goiânia as well as to present the perceptions of the residents of the rural area served by the rural patrol. Initially, the research was done a bibliographical review followed by a field survey, with the application of a questionnaire in 45 rural dwellers attended by the military patrols of the Rural Patrol of the 9th Military Police Battalion of Goiás. research that the police is an institution of great importance in society, since it assists other institutions to promote security to the population, its action is in both urban and rural environments, where it seeks to inhibit and also act in the face of crime. The rural environment is not always the priority of police institutions, which often means that these places are deprived of protection and target of growing crime in the country. The existence of policing in the rural environment contributes directly to the decrease in local crime and the joint work between population and police can lead to much more effective results, both in the prevention process and in the fight against crime.

Keywords: Patrol. Policing. Rural. Community.

¹Aluna do Curso de CFP, Curso de Formação de Praças da PM-GO, Turma Oscar, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás- CAPM, taianapp@pm.go.gov.br; Goiânia – GO Maio de 2018.

²Professor orientador: Capitão Leon Denis da Costa, Doutor professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, leondenis1978@gmail.com, Goiânia – GO, maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. A população tem papel fundamental, pois o governo por si só não é capaz de extinguir a criminalidade e graças a maior proximidade da população coma polícia, muitos crimes são impedidos e até mesmo de serem solucionados.

A mídia costuma enfatizar delitos, e mais ainda, quando existem polêmicas envolvendo agentes de segurança pública. Crimes de maior repercussão acabam gerando na sociedade uma sensação de insegurança e impunidade o que contribui para o afastamento da sociedade em relação aos agentes de segurança pública.

Cabe salientar que a violência e a criminalidade provocam desconforto e intranquilidade na população, com o intuito de minimizar foi implantado o policiamento comunitário que tem como princípios a preocupação em ouvir a comunidade, desenvolver a consciência mútua, antecipando os problemas e a prevenção, visando aproximar o Estado das comunidades através do policiamento participativo entre órgãos policiais e comunidade, o repasse de informações sobre as questões relativas à segurança local são necessárias para que sejam tomadas as devidas providências para a resolução dos problemas atingindo o bem comum.

Devido ao crescimento desordenado da população muitas pessoas têm buscado novas opções de vida, e uma alternativa tem sido habitações em ambientes rurais. O meio rural detém belezas naturais e favorece a simplicidade da vida no campo, e devido a praticidades dos meios de transportes a população tem feito esta escolha. O ambiente rural oferece prazeres como: ar limpo, alimentos saudáveis cultivados no campo que contribuem para longevidade, além do bem-estar social.

Em contrapartida a tecnologia e avanços das cidades em direção ao meio rural, trouxeram seus pontos negativos que foram o aumento da criminalidade na zona rural, por causa de uma série de fatores, maquinários, automóveis, inseticidas, herbicidas, venenos agrícolas para aplicar em lavouras, que são atrativos para os criminosos. Além disso, a extensão geográfica entre uma fazenda e outra, maximizam as possibilidades de fuga, o que contribui para impunidade.

Desta forma surgiu o patrulhamento rural, que é uma modalidade de policiamento, preventivo e/ou repressivo, direcionado à zona rural dos municípios, com a finalidade de coibir o cometimento de delitos nas propriedades rurais e adjacências, sendo realizado por viaturas compostas, geralmente, por três policiais militares (MINAS GERAIS, 2006).

Cabe ressaltar, que as patrulhas rurais foram implantadas pelas unidades policiais (batalhões ou companhias), por causa da violência no campo, com a intenção de controlar a criminalidade e desenvolver ações preventivas nas comunidades rurais. Desta forma, as principais ações são: visitas aos moradores (com cadastramento das propriedades); reuniões com a comunidade rural; reuniões com produtores, associações e sindicatos rurais; entrega de cartilhas de orientações para evitar fatores de riscos de ocorrência de furto, roubos, receptação de gado, máquinas agrícolas, insumos e implementos agrícolas.

O objetivo primordial dessa pesquisa é compreender como é desenvolvido o trabalho realizado pelo patrulhamento rural do 9º Batalhão na região norte de Goiânia que tem como objetivos específicos: levantar informações do 9º BPMGO tais como: está sendo empregado o policiamento comunitário na zona rural, os tipos de ocorrência, quais meios de transporte são utilizados, a visão da população sobre esse trabalho desenvolvido pela polícia, dentre outras questões.

Neste sentido, a pesquisa busca demonstrar o policiamento comunitário como uma importante ferramenta de aproximação entre o Estado e as comunidades rurais, como forma de socialização e resolução dos problemas de segurança locais, tendo como enfoque a participação da Polícia Militar, com o intuito de promover a paz e o bem-estar social.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA E A SOCIEDADE

A sociedade sofreu modificações na última década, devido à realidade bastante complexa tais como: dificuldades na econômica, desemprego, favelização devido ao êxodo rural, pela centralização de renda e desigualdade social, luta dos sindicatos, luta dos movimentos minoritários, expansão do capitalismo e democracia, ampliação dos direitos individuais e sociais, tecnologia entre outros que foram de grande valia para fundamentar o policiamento comunitário. No dizer expressivo de Cerqueira (2001), definição de policiamento comunitário é:

[...] uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como o crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade (CERQUEIRA, 2001, p.04).

Segundo Skolnick e Bayley (2002) apud Caixeta (2009) o policiamento comunitário surgiu por volta de 1914 a 1919, através da proposta trazida por Arthur Woods que foi comissário da polícia de Nova Iorque. Esse policial acredita que quanto mais esclarecidas fossem as pessoas melhor poderia ser o trabalho desenvolvido pelos policiais, onde “o público ganharia um respeito maior pelo trabalho policial se os cidadãos entendessem as complexidades, as dificuldades e o significado dos deveres do policial” (p.26) e assim, o policial seria recompensado por sua consciência e eficácia.

Sobre o surgimento desse modelo de policiamento comunitário, Cerqueira (2001) cita que é preciso compreender suas origens, para compreender como este policiamento fez tanto sucesso entre as comunidades, e para o autor, o modelo profissional de combate ao crime demonstrou-se fracasso, e as crises que assolaram os Estados Unidos nos anos de 1970 tiveram influência na administração do policiamento desse período e assim formou-se um policiamento que está presente na frente das delegacias, fazendo patrulhas a pé e também desenvolvendo a vigilância comunitária do crime.

Esse modelo de Policiamento Comunitário resulta na conexão cooperativa dos órgãos policiais, com a coletividade, o trabalho em equipe ajuda a solucionar os problemas, identifica e cataloga a falta de segurança, a restauração de ambientes degradados e hostis ao convívio das pessoas. Todavia para que a sociedade caminhe junto com polícia deve haver empatia dos profissionais, desenvolvimento de atividades proativas a segurança e que os sucessos e os fracassos sejam compartilhados, contribuindo assim, para a formação de confiança e segurança da população com os órgãos de segurança pública.

Segundo Oliveira (2007, p. 190) diz que:

A polícia comunitária reconhece que a polícia não pode ter sucesso em atingir seus objetivos básicos sem o apoio, tanto operacional quanto político, da sua própria comunidade. Dessa forma as instituições policiais devem estar mais abertas às definições e às prioridades dos problemas que a comunidade quer que sejam resolvidos. Na polícia comunitária os pontos de vista da comunidade recebem um valor maior. Para isso os policiais são incentivados a estreitar os contatos com a comunidade. Uma das formas de se fazer isso é através do policiamento a pé (ou suas variações como a cavalo, ciclo patrulha [*bikepatrol*], quadriciclo, *walkmachine*, entre outros meios de transporte de baixa velocidade). Esse processo de policiamento reduz a distância provocada pela patrulha motorizada (principalmente de carro) e permite um contato mais próximo. Busca-se ainda uma desconcentração administrativa / geográfica, com a fixação do policial em uma localidade (grifo nosso).

Salientamos que este policiamento deve ser compreendido como solução, desde que o policial se comprometa assumir legitimamente, abandonando hábitos do policiamento tradicionais, preceitos que ele tinha como imutáveis, conceitos e práticas que o distanciavam

da comunidade, onde ele exerce a sua atividade passando a desempenhar com maior proximidade o policiamento mesmo que seja motorizado, entendendo que se faz polícia comunitária com apoio externo da organização policial.

Sobretudo, competem aos participantes do policiamento comunitário ter sempre em mente quando da formulação das estratégias do policiamento comunitário seus princípios básicos norteadores da filosofia, vejamos quais são, estes apresentados por Peres (2004, p. 25):

a) Preocupação em ouvir a Comunidade: A polícia ouve diretamente as preocupações da comunidade e direciona seus esforços com base nessas informações. B). Desenvolve a consciência Mútua: O contato permanente do povo com o Policial Militar, desenvolve uma maior confiança e interesse pelo serviço policial. C). Estabelece um raio de ação maior para o Policial: O Policial tem um papel mais amplo como orientador dentro de sua Comunidade. d) Participação e envolvimento da Comunidade: A comunidade tem obrigação de aceitar a sua responsabilidade de participar na resolução dos problemas de segurança. e) Antecipação aos problemas e prevenção: Ele se antecipa aos problemas e previne em muitos casos que ocorram ou que continuem. f). Melhora o Policiamento Tradicional: A Polícia continua atendendo prontamente as emergências e desenvolve as suas funções tradicionais, mas irá explorar um raio de ação maior, naquilo que se refere aos problemas comunitários, tendo ainda a participação da comunidade. g). Personaliza o serviço do Policial: Os Policiais trabalham diretamente com a comunidade à qual servem.

O princípio comunitário busca atender a coletividade como um todo inovando e alterando a forma de pensar e fazer segurança e as primazias e dificuldades que afligem a comunidade, deixando de lado o policiamento tradicional que tem por objetivo dar prioridades aos crimes, passando os agentes policiais a entenderem novas razões da prática da filosofia de polícia comunitária. Essa proximidade da polícia com a sociedade ajuda a estimular e a prevenir a desordem e o crime. Desta forma, a comunidade torna-se uma força auxiliar aos esforços da prevenção do crime na localidade com a vigilância do bairro ajudando na identificação dos criminosos e na materialização de programas e projetos que auxiliam na diminuição da criminalidade.

Na Polícia Comunitária tem-se o enfoque prioritário na imaturidade ao crime, procurando definir sua origem e ações que possam combatê-los, continuamente com a ajuda da sociedade compartilhando dessa metodologia de identificação, análise e combate às causas. Para Cerqueira (2001) esse policiamento busca reunir esforços tanto da polícia como da comunidade para que a ordem possa ser mantida. Para muitos acreditam que seja uma das poucas soluções para os problemas que envolvem o policiamento em várias partes do mundo.

2.2 A BUSCA DA SOCIEDADE PELO CAMPO

Há globalização tem influenciado os seres humanos a buscar novas opções de vida e vislumbrado no meio rural inúmeras opções por causa de sua simplicidade e belezas naturais, impulsionadas pelo favorecimento da mídia em geral e pela praticidade dos meios de transporte, tais ambientes são cada vez mais buscados, conforme Veiga (2004, p. 3): “A cidade e o campo casaram-se enquanto ela cuida de lazer e trabalho também oferece liberdade e beleza” e por isto, muitas vezes, pessoas decidem deixar o espaço urbano para viver na zona rural, pois consideram esse espaço mais tranquilo e seguro.

Para Veiga (2004, p.06):

Nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à "consciência sobre ameaças à biodiversidade ou à regulação térmica do planeta, mas também no que concerne a liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência. Enfim, o que a fase mais recente da globalização parece estar indicando é que a ruralidade terá diversos destinos. Por enquanto, está claro que há diferenças substanciais entre o rural “remoto” ou “profundo” e o rural “acessível” ou “adjacente.

Cabe salientar que, a sociedade está apreciando a natureza não somente pela ameaça da biodiversidade, mas o conforto de escolher um melhor lugar para morar após sua aposentadoria. Além disso, os prazeres que o ambiente rural oferece como ar limpo, alimentos saudáveis que contribuem para longevidade e o fácil acesso às cidades. Há ainda aqueles que vivem na zona rural por toda sua vida construindo seu patrimônio e precisa sentir-se seguros nesses locais.

2.3 POLICIAMENTO NA ZONA RURAL

Presentemente com os acréscimos dos índices de violência e criminalidade, a percepção de insegurança entre as comunidades urbanas e rurais é ampla. Todavia quem sofria com esta insegurança e a sensação de impunidade eram as comunidades urbanas, porém hoje é diferente. Para combater os delitos nas zonas rurais foi implantado o patrulhamento rural que nasceu da necessidade de se combater o crime e exercer o policiamento comunitário como a melhor tática de prevenção e enfrentamento ao crime.

É uma modalidade de policiamento preventivo, ostensivo e repressivo, direcionado a zona rural dos municípios, com a finalidade de coibir o cometimento de delitos nas propriedades rurais e adjacências, realizado por viaturas com dois ou mais policiais militares (LEAL, 2009, p. 141).

Em decorrência da taxa de criminalidade, a presença de policiais, equipamentos e meios de transportes adequados é fundamental para coibir o crescimento de delitos e contribuir para prevenção criminal no campo.

Com o advento da globalização surgiram novas tecnologia que contribuem para agilidade e eficiência da sociedade, porém esses avanços demoram a chegar na zona rural, abrangendo esses fatores por possuírem grandes extensões geográficas, dificultando a comunicação de uma propriedade e a outra, falta de mapeamentos informatizados e atualizados. Por outro lado, a tecnologia forneceu maquinários modernos, agrotóxico, animais para reprodução entre outros tornando-se um atrativo para maximizar o índice de furto e roubo, deixando a sociedade rural a mercê da criminalidade. (GONÇALVES, 2004).

Para Gonçalves (2008) e Caixeta (2009), apud Costa (2016) marco da patrulha rural foi através do desempenho e esforço do Tenente-Coronel Oliveiros Calixto de Souza da PMMG, que demonstrou a importância desse procedimento na comunidade rural, e aproximação da sociedade com o policial, através de visitas periódicas, com palestras de prevenção da criminalidade e a incrementação de blitz e bloqueios para prevenir os aumentos de delitos e mostra para a população a eficácia desse patrulhamento. Cabe salientar que esse projeto de repressão ao crime foi espelho para ser aplicado em outros municípios e estados.

Segundo a PMESP (2010), foi por meio do Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (GESPOL):

Todo o sistema operacional deve contemplar os interesses de todas as partes interessadas, estratificando os clientes, para satisfazer seus interesses, que são necessariamente diversos. Para atender adequadamente esses interesses foi criado o Policiamento Rural, que visa prevenir e ou minimizar ocorrência de infrações penais nos ambientes rurais, por meio de ações direcionadas de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, fazendo com que a comunidade rural constata efetivamente a ação dirigida e intensificada da Polícia Militar. Nesse sentido o policiamento é realizado com a atuação conjunta e harmônica dos comandos das OPM territoriais, de Policiamento Ambiental (PolAmb) e de Policiamento Rodoviário (PolRv), possibilita o planejamento unificado com o levantamento de prioridades, a aferição de resultados, a correção dos planos e a perfeita interação do policiamento com a comunidade rural, objetivo intrínseco da Polícia Comunitária. Também são desenvolvidos Comitês de Policiamento Rural nos quais todos os atores rurais, interessados, residentes, investidores, proprietários, sindicatos, associações, integrantes do agronegócio e a Polícia Militar, se reúnem mensalmente para discutir os problemas, acordar soluções em parceria e priorizar o atendimento das demandas (PMESP, 2010, p.79).

Ressalta que o policiamento em equipe com o apoio de especializadas e servidores públicos contribui para o mapeamento de informações de grande valia, proporcionando a aproximação da população ruralista com a polícia, aumentando o número de dados

solucionados de delitos, com isso, intensificando o policiamento comunitário e promovendo o bem-estar social.

2.4 POLICIAMENTO RURAL EM GOIÁS

Os primeiros municípios a implantarem o patrulhamento rural em Goiás foram Indiara e Piracanjuba no ano de 1993 no ano seguinte o município de Quirinópolis para combater o furto de gado, conforme a PMGO (2008) apud Costa (2016). Esse processo ocorreu devido a intensificação do processo de globalização que trouxe consigo um maior acesso a tecnologia e desenvolvimento do agronegócio em Goiás, proporcionando o surgimento de empresas de vários portes, equipamentos, ferramentas, veículos, produtos e outros recursos tecnológicos que despertam a cobiça dos criminosos (COSTA, 2016). Com uma grande extensão rural que de acordo com o IBGE abriga uma população rural de aproximadamente 583.074 habitantes, o Estado de Goiás tornou-se então um dos estados com mais ocorrências policiais em sua área rural.

Segundo Costa (2016) o primeiro Seminário de Segurança Pública Rural de Goiás ocorreu no ano de 2005 por causa do aumento de 87% da taxa de criminalidade em comparação aos anos 2004 a 2006. Para discutir a necessidade de um procedimento, para restauração da tranquilidade e harmonia daquelas comunidades rurais, surgiu a Comissão de Segurança Rural no ano de 2006, juntamente com a Polícia Militar para debater assuntos de relevância em combater a criminalidade.

Os crimes contra o patrimônio mais comuns registrados junto à Polícia Militar de Goiás foram de naturezas de furto em zona rural e de roubo em propriedade rural com um aumento exponencial na incidência desses crimes, diante da comparação dos registros dos anos de 2011 e 2012 (COSTA, 2016).

Cabe ressaltar que, Leal (2009) apud Costa (2016) fez uma pesquisa relatando sobre o conhecimento precário a respeito do patrulhamento rural em relação ao meio urbano. A polícia militar através de especializada atua em combate aos crimes ambientais, na violência e criminalidade para diminuir a impunidade e levar segurança a sociedade.

Conforme o FAEG (2007) apud Costa (2016), até o ano de 2006, as viaturas empregadas no patrulhamento rural em Goiás não eram veículos utilitários (do tipo caminhonete), que são mais adequados a essa modalidade, além disso, não acontecia em todo o Estado, pois a frota das patrulhas rurais também era resultado de doações feitas pela comunidade por meio de associações e sindicatos rurais, com o encargo de manutenção e a substituição de peças. Após o convênio entre a PMGO e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), celebrado no ano de 2001, a corporação passou a empregar caminhonetes

de marca/ modelo GM/S10 para o patrulhamento rural, como frota própria da corporação. PMGO (2012) apresentou práticas de policiamento rural, experimentadas na zona rural da região norte do município de Goiânia, com a patrulha rural do 9º BPM.

Cabe salientar, que a PMGO (2013) apud Costa (2016), consta-se no Relatório do Departamento de Viatura Frota Própria e Viaturas Locadas da PMGO e da 3ª Seção do Estado Maior – PM/3, que a instituição passou a realizar a locação de viaturas específicas para o patrulhamento rural, destinando um total de oitenta veículos utilitários do tipo caminhonetes, de marca/modelo Ford/Ranger, às Unidades da Polícia Militar em 74 municípios, nos quais, a modalidade já empregava, com prioridade para os de maior índice de criminalidade e a existência predominante da atividade de agronegócio, pecuária e agropecuária, restando um total de 70 viaturas da frota própria. Trinta e duas viaturas são empregadas no policiamento rural e as demais no Policiamento Ambiental, no Comando de Operações de Divisas, no Grupo de Patrulhamento Tático e em outras Unidades Policiais Militares.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste artigo foi compreender como é desenvolvido o trabalho realizado pelo patrulhamento rural do 9º Batalhão na região norte de Goiânia. Cabe salientar que a referida Região Norte de Goiânia foi objeto deste estudo em função da grande extensão rural, o que nos leva a crer que, o policiamento comunitário ostensivo, preventivo ou repressivo na zonal rural tem o intuito de minimizar e coibir o número da criminalidade.

A pesquisa é de abordagem qualitativa e quantitativa. Todavia para confecção deste trabalho primeiramente foi utilizado obras bibliográficas, pesquisas em artigos abordando o tema de patrulhamento rural e em seguida análise de campo. Desta forma, cabe enfatizar que o papel da Polícia Militar no policiamento comunitário rural é de grande valia para diminuição de delitos.

Na segunda fase, foram coletados dados no 9º Batalhão de Goiânia para informar sobre o patrulhamento antes da implantação do patrulhamento rural e quais os crimes que ocorria com mais frequência. Portanto foi feito um levantamento de dados sobre o surgimento da implantação do policiamento rural para demonstrar de forma clara e objetiva a eficácia desse procedimento operacional.

A terceira etapa da pesquisa ocorreu mediante aplicação de 45 questionários contendo 10 questões cada, com perguntas fechadas aos moradores da zona rural na região norte de Goiânia para mensurar o índice de contentamento da população com o patrulhamento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Goiânia é um município brasileiro, é capital de Goiás, localizada no centro do Estado, contém uma população 1.466.105, habitantes conforme censo de 2017. O 9º Batalhão localiza-se na região norte de Goiânia e é responsável pelo patrulhamento de 91 bairros, além disso, abrange todo policiamento comunitário rural da Capital segundo a PMGO e IBGE.

O patrulhamento rural surgiu no ano de 2008, sendo implantado com o objetivo de minimizar a índice de criminalidade e proteger a comunidade ruralista. As principais ações foram: visitas e cadastramentos das propriedades; reuniões com os sindicatos, produtores, associações de moradores rurais; orientando a população para evitar o índice de crimes que ocorriam com mais frequência. Nota-se que esse objetivo traçado pelo patrulhamento rural do município de Goiânia (GO), está de acordo com o que é proposto por Araújo (2007) ao propor que o objetivo desse patrulhamento é preservar a ordem pública na zona rural, garantindo assim que a população tenha segurança e consiga viver em paz, o que incide, também, em sua qualidade de vida.

O 9º BPM foi o responsável para o patrulhamento dessa região situada nas margens da rodovia GO-080 com limites nos municípios de Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás e Goianápolis (PMGO). Cabe salientar que a população ruralista em decorrência do aumento da criminalidade no campo, e a sensação de insegurança no ano de 2008 juntamente ao ano da implantação do patrulhamento rural, moradores criaram uma associação Vale do Capivara através de uma reunião na Fazenda Saionara em busca de disponibilizar viatura na área para atender a região norte de Goiânia. De acordo com Minas Gerais (2006) apud Araújo (2007, p.32) através do policiamento ostensivo na zona rural “[...] a presença real do policial militar na zona rural aliada ao estreito relacionamento com a comunidade permitirão a consecução de elevados níveis de prevenção criminal, sendo este um dos principais fatores para a redução da criminalidade no campo” e assim é um trabalho de suma importância para as pessoas que vivem nessa região, pois são cidadãos como quaisquer outros, precisando de proteção e segurança.

Ressalta que o patrulhamento rural utiliza caminhonete Chevrolet, modelo S-10 com tração somente em duas rodas, com o objetivo de gerar economia, pois as verbas que são disponibilizadas são poucas. Todavia essa economia dificulta o desempenho do patrulhamento em tempos chuvosos, estradas escorregadias ou com cascalhos soltos, com isso, as viaturas não conseguem deslocar ao local indicado para proporcionar um trabalho com eficácia e eficiência no combate à criminalidade (PMGO, 2018). Nota-se que o trabalho exercido pela patrulha rural

também tem suas dificuldades, como o que acontece também na zona urbana e no caso específico da zona rural, Araújo (2007, p.32) cita que “recomenda-se a utilização de veículos adequados para tráfego na zona rural, tipo caminhonete ou jipe, preferencialmente dotado de tração 4x4”, já que são terrenos que podem apresentar inúmeras adversidades para os policiais e que, por isto, exige que tenham infraestrutura adequada para desenvolverem seu serviço.

Cabe salientar, que existe um projeto de patrulhamento rural que tem como plano implantar Quadrantes Georreferenciado nos termos nº003/2017 - PM/3. Em uma reunião na Fazenda Toca da Orca, onde estava presente o Subcomandante do Policiamento da Capital, Comandante do 9º BPM e o Senador Wilder de Moraes que discutiram sobre os benefícios e vantagens do Georreferenciado (PMGO, 2018). Utilizar tecnologias possibilita que o trabalho dos policiais do patrulhamento rural seja facilitado e tenha maior efetividade. Sobre esta questão, Costa (2008) considera que um geoprocessamento e georreferenciamento adequado poderia permitir que a criminalidade fosse acompanhada de forma mais aprofundada pelos policiais, potencializando suas ações.

O Patrulhamento rural através do aplicativo Whats-App se encontra mais presente e eficaz para proteger a população rural, mas para fazer parte desse grupo primeiramente deve preencher um formulário com os dados e informações documentais que serão apresentadas ao Comandante da equipe de patrulha rural do 9ºBPM (PMGO, 2018). Novamente chama-se atenção para o uso de tecnologias como as redes sociais para que haja uma aproximação da população com o policiamento rural, promovendo uma maior prevenção de crimes, já que de acordo com Caixeta (2009, p.29) “a prevenção do crime com base na comunidade é o objetivo último e peça central do policiamento orientado para a comunidade”, assim, qualquer tipo de movimentação suspeita pode ser informada aos policiais que podem fazer um policiamento mais ostensivo e prevenir a ocorrência de um crime na zona rural.

O policiamento comunitário rural é composto por dois policiais, com regime de escala de 18X56, sendo que a escala ordinária se dá das 06h00 às 00h00, sendo complementada com mais 6 horas de virtual a cada escala, sendo que o policiamento ocorre no período de 24 horas. Esta escala é feita pela 1ª seção 9º BPM e coordenada pelo comando da UPM. Assim como acontece em várias outras regiões do país, pode haver um efetivo pequeno para a extensão rural a ser patrulhada pelos policiais. Para Moraes (2017, p.09):

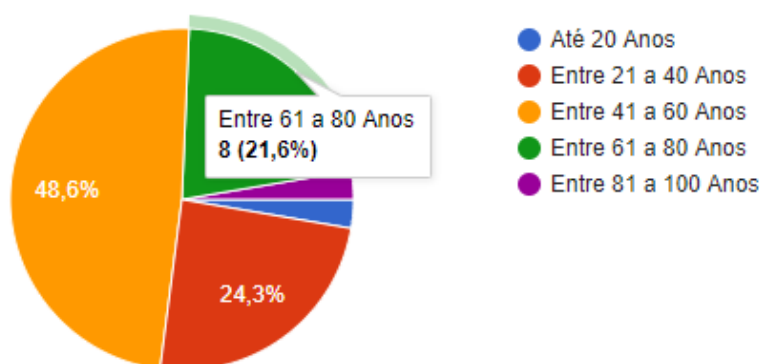
Na Segurança Pública, Goiás conta hoje com aproximadamente 22.000 profissionais, distribuídos nos vários organismos de policiais (Polícia Militar-PM, Polícia Civil-PC, Corpo de Bombeiros Militar-CBM, Superintendência de Polícia Técnico-Científica-SPTC, Agência Goiana do Sistema Prisional-AGSP e servidores da própria SSPJ), efetivo inadequado para atender a demanda em toda a extensão territorial goiana.

Nota-se que esse não é um problema apenas de Goiânia ou do patrulhamento rural desses municípios a falta de um contingente de policiais que auxiliasse em uma maior proteção da população, o que incide na necessidade de mais investimentos na área, tanto para a formação de novos policiais, como no oferecimento de melhor infraestrutura para que desenvolvam seu trabalho.

Além do mais, existem pontos negativos no patrulhamento rural, falta de comunicação com CPU e em determinados locais pela falta de sinais via rádio e celular. Todavia a comunidade ruralista fornece pontos de apoio aos policiais para viabilizar e agilizar os procedimentos operacionais quando ocorrem abordagens e bloqueios em estradas vicinais visando à prevenção da ordem pública. Para Caixeta (2009, p.05) “o que dificulta a realização do patrulhamento rural são as estradas ruins e a grande extensão rural do município”, mas essas não são as únicas dificuldades, pois a infraestrutura da segurança pública como um todo do país deixa a desejar e, o pequeno efetivo precisa se desdobrar em uma extensão territorial grande e diante das cobranças da sociedade.

A partir dos dados apresentados foram aplicados 45 questionários aos moradores rurais na região norte de Goiânia. Dos entrevistados 42,1% são do sexo feminino e 57,9% são do sexo masculino, verificamos que 48,6% possuem idade entre 41 a 60 anos. Os questionários foram aplicados de duas formas, primeiramente através de visitas aos moradores juntamente com os policiais Militares da Patrulha Rural e por meio de uma reunião da 61 CONSEG onde encontrava-se bastante moradores rurais que comentaram assuntos relevantes à comunidade.

Gráfico1. A faixa etária de moradores da zona rural



Fonte: Elaboração da autora (2018).

No momento das visitas ficaram demonstrado a receptividade dos moradores com os policiais militares que fazem o patrulhamento na região, constatando que 100% dos moradores ruralista relataram que são constantes o patrulhamento rural, que os policiais do

policciamento comunitário rural é qualificado para lidar com a população. Essa proximidade do policial com a comunidade local é de grande importância para o sucesso do trabalho desenvolvido. Para Araújo (2009, p.56):

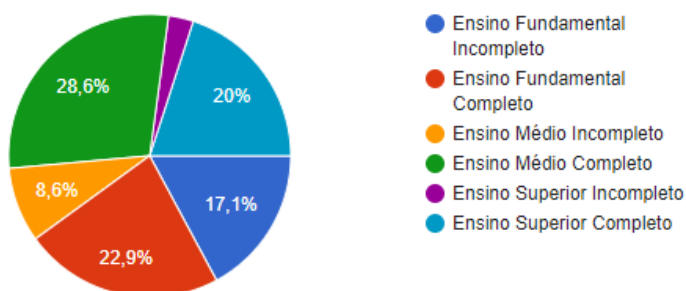
O emprego da Patrulha Rural tem como objetivo aumentar a capacidade preventiva e repressiva, através do processo de policiamento motorizado. Os profissionais de segurança pública empregados nesta atividade devem trabalhar com o desenvolvimento de ações identificadoras e desestimuladoras de atos antissociais, através do contato diário com a comunidade nas diversas localidades rurais dos municípios.

Quanto mais próximo estiver o policiamento da comunidade rural maior possibilidade de prevenção de crimes, assim como de solução para os mesmos haverá, pois, a comunidade acaba também contribuindo e facilitando o trabalho a ser desenvolvido, criando uma parceria de fundamental importância para o trabalho a ser desenvolvidos pelos policiais, seja em âmbito rural ou urbano.

Logicamente, o pequeno quantitativo de policiais para realizar esse patrulhamento rural pode dificultar o trabalho desenvolvido, pois quando uma ocorrência é atendida, outra pode ocorrer e demonstra a necessidade de um maior número de policiais para realizar esse serviço. Assim foi perguntada a população local sobre a frequência do patrulhamento rural na região e todos os moradores citaram já terem tido contato com esse patrulhamento, ou em seu cotidiano enquanto trabalham ou no dia a dia, em algum tipo de ocorrência na região.

A população rural tem conseguido melhorar sua escolarização através do uso da tecnologia e com isto, seja de forma presencial ou a educação a distância e assim tem aumentado o índice de escolaridade dessa população. 28,6% dos entrevistados possuem ensino médio completo e 20% superior completo, sendo que os moradores que não concluíram o ensino médio completo e superior possuem uma idade avançada. Portanto a população ruralista está ampliando seus conhecimentos para saber lutar pelos seus direitos e uma sociedade justa. Esses dados podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Gráfico 2. Escolaridade dos moradores da área rural

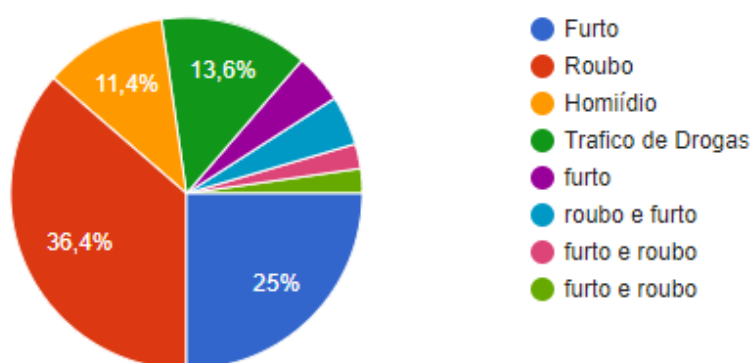


Fonte: Elaboração da autora (2018).

De acordo com os dados colhidos através do questionário junto à população local, os crimes que ocorriam com frequência antes da implantação do patrulhamento rural, destacando em primeiro lugar o roubo com 36,4% e em segundo lugar o furto com 25% e desova de cadáveres que não entrou na estatística, mas os moradores relataram que ocorria com frequência na região. Esse tipo de crime não ocorre, logicamente apenas em ambientes rurais, mas na área rural, pelo pouco contingente de policiais parece ocorrer sem maiores soluções, o que acaba gerando maior medo na população local, pois, a maioria dos crimes acaba não tendo soluções.

No caso das desovas de corpos, como muitos locais são isolados ou pouco movimentados, descartar um corpo nos mesmos pode ser uma possibilidade de que ele demore mais a ser encontrado, dificultando o trabalho da perícia e até mesmo a solução para o crime.

Gráfico3. Crimes ocorridos antes da implantação do patrulhamento rural



Fonte: Elaboração da autora (2018).

Desta forma, fica comprovado que a população rural precisava de segurança, pois, ficava a mercê da criminalidade e sensação de impunidade. Segundo Araújo (2007, p.16):

Para a busca da eficácia na prestação dos serviços de Segurança Pública, a Polícia Militar tem a plena consciência de que a sensação de segurança pública, caracterizada como direito de todos, deve ser proporcionada ao homem do campo. Assim, a PMMG tem buscado as melhores alternativas para realizar o policiamento ostensivo no meio rural por meio do Lançamento de Patrulhas Rurais.

Os investimentos em segurança são necessários em todo o país, seja na zona rural ou urbana, já que a criminalidade tem aumentado em todo o país e a população sente-se insegura e com medo, precisando que os policiais se façam mais presentes em todos os espaços, pois é uma forma de inibir a ocorrência de crimes.

Em análise os dados coletados no 9ºBPM e na comunidade rural é demonstrado que o patrulhamento rural é essencial para referida população, tendo aproveitamento de cerca de 100%. Portanto inibem o índice de aumento da taxa de criminalidade e proporciona segurança e bem-estar social à comunidade. Assim, Araújo (2009, p.16) deixa claro que a patrulha rural age tanto de forma preventiva como repressiva, utilizando-se de policiamento motorizado, trabalhando “diuturnamente com o desenvolvimento de ações identificadoras e desestimuladoras de atos antissociais, através do contato diário com a comunidade nas diversas localidades rurais dos municípios”. Assim, os moradores da zona rural sentem-se mais protegidos e tem visto que a criminalidade está sendo combatida pelos policiais.

Sobretudo, o policiamento comunitário ira unir os cidadãos e a polícia deixará de lado a imagem de uma polícia truculenta, essas junções contribuem para minimizar os números de delitos e obtendo eficiência e eficácia na resolução dos crimes e na prevenção de delitos, com isso, tendo aproveitamento em seu desempenho profissional.

Portanto a população ruralista reconhece a importância do policial para sociedade rural, cerca de 53% atribuíram nota dez e 20% deram nota nove aos policiais do 9ºBPM pelo desempenho do serviço apresentado as comunidades, pois a criminalidade diminuiu após a implantação do patrulhamento rural. Costa (2016, p.57) considera que “as atividades criminosas têm se expandido para a zona rural, motivadas por diversos fatores dentre os quais, as dificuldades das corporações policiais em executar um policiamento preventivo e repressivo com eficiência e eficácia” e por isto, são necessários maiores investimentos nessa área, para que haja um trabalho ainda mais efetivo e próximo das comunidades, diminuindo os índices de criminalidade na zona rural goiana.

Entende-se que os entrevistados apresentaram uma visão muito positiva em relação ao policiamento comunitário rural. Essa visão não é construída apenas no cotidiano de atuação dos policiais, mas também nas visitas que são feitas nas comunidades, na presença em reuniões de associações, enfim, aproximando-se dessa comunidade para também conhecer melhor suas necessidades e anseios. É dessa forma que o patrulhamento rural proporcionara à população segurança promovendo o bem-estar social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender como é desenvolvido o trabalho realizado pelo patrulhamento rural do 9º Batalhão na região norte de Goiânia e acredita-se que esse objetivo foi alcançado, uma vez que houve tanto de forma teórica, como prática a

compreensão das funções desses policiais, como eles desenvolvem suas atividades e a importância dos mesmos para a população do campo.

O patrulhamento rural é um dos vários trabalhos desenvolvidos pela polícia militar brasileira, levando para todos os espaços do país, dos mais próximos aos mais distantes a sensação de proteção da população, principalmente frente ao crescimento da criminalidade que tem feito com que, muitas pessoas que vivem na zona rural sintam-se desprotegidos, especialmente porque a distância da zona urbana e a presença de objetos e dinheiro que possam chamar a atenção dos criminosos, sendo que essas propriedades e pessoas se tornem alvo fácil dos bandidos.

No caso do 9º Batalhão de Goiânia foi possível perceber que o trabalho desenvolvido é realizado com um pequeno contingente de policiais, o que acaba dificultando que todos os lugares sejam acompanhados de forma rotineira, o que seria uma forma preventiva da criminalidade. Mesmo assim, fica claro que a população valoriza o trabalho desenvolvido por estes policiais, buscando aproximar-se dos mesmos, seja através das redes sociais, do uso de telefones, enfim, auxiliando-os na busca pela paz, segurança e manutenção da ordem nesses espaços rurais.

Ficou claro também, a partir da visão da população que o número de crimes diminuiu a partir do trabalho realizado pela patrulha rural, como é o caso de furtos, roubos etc., porém, esses resultados poderiam ser ainda mais expressivos se houvesse um maior número de policiais trabalhando e se a eles fossem oferecidas melhores infraestruturas para o desenvolvimento de suas atividades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio Malta de. **Estudo sobre a patrulha rural na 13ª região da Polícia Militar de Minas Gerais**. Monografia apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação – CPP da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM) e à Fundação João Pinheiro (FJP). Belo Horizonte, 2007.

CAIXETA, Rogerio Gonçalves. **Patrulhamento rural Em Unaí/28ºBPM: uma análise do modelo de desenvolvimento da atividade nos de 2007 e 2008**. 2009. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública- CESP/2009) - Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. 2. ed. Rio Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

COSTA, José Luiz da. **O patrulhamento rural de Uberaba**: análise de seus resultados e a influencia na criminalidade e na segurança pública em 2007. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP II – 2008, da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro. Belo horizonte: 2008.

COSTA, Leon Denis da. **Policiamento rural**: patrulhas rurais comunitárias. **REBESP**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 51-58, 2016.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUARIA DE GOIÁS- FAEG. **Segurança Pública Rural em Goiás**. 1. Ed. Goiânia: FAEG, 2007.

GONÇALVES, José Silva. **Segurança rural, aumento do custo Brasil e violência no campo**. 2004. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em 29 de setembro de 2007.

GONÇALVES, Suely. O campo na mira. **Revista Globo Rural**, edição 278, dez/2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. V. 71. Rio de Janeiro, 2011.

LEAL, Paulo Célio de Souza. **Formação do Policial Militar do Estado de Goiás para atuar no bioma cerrado**. 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia- GO, 2009.

OLIVEIRA, Nilson Vieira. **Insegurança pública**: reflexão sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

PERES, Júlio César Araújo. **Policiamento comunitário**. 4. Ed. Porto Alegre: Impresul, 2004. 25p.

SILVA, Marcelo Amado: Ferreira, Paulo Roberto Barbosa. **Eficácia do Patrulhamento Rural na Polícia Militar de Goiás**- os casos dos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia. 2010. 41f. Artigo Científico (Curso Superior de Polícia- Especialização), Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 2010.

_____. **Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (GESPOL)**. 2. ed. São Paulo, 2010.

VEIGA, Jose Eli da. **A relação rural/urbano no desenvolvimento regional**. IN: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTOREGIONAL, Santa Cruz do Sul. 19p.

APÊNDICE

Nome: _____ Endereço _____

Data de Nascimento ____/____/____ Estado _____
Civil _____ Idade _____ Escolaridade _____

QUESTIONÁRIO SOBRE O PATRULHAMENTO RURAL NA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA

- 1) O patrulhamento rural é constante na região que reside?
Sim (☐) Não (☐)
- 2) O atendimento da viatura rural é rápido?
Sim (☐) Não (☐)
- 3) Em sua opinião os policiais militares estão qualificados para lidar com a população rural?
Sim (☐) Não (☐)
- 4) Antes da implantação do patrulhamento rural ocorria mais delitos?
Sim (☐) Não (☐)
- 5) Caso afirmativa seja positiva da questão anterior, quais desse crime ocorriam com mais frequência?
(☐) Furto (☐) Roubo (☐) Homicídio (☐) Tráfico de Drogas
- 6) O patrulhamento rural inibir o índice de criminalidade?
(☐) Sim (☐) Não
- 7) Você se sentir seguro com o patrulhamento rural?
(☐) Sim (☐) Não
- 8) Na sua opinião o policiamento comunitário rural é eficaz para a sociedade rural?
(☐) Sim (☐) Não
- 9) Você notou se houve redução da criminalidade desde a implantação do patrulhamento rural em sua região?
(☐) Sim (☐) Não
- 10) De cinco a dez qual nota você atribuiria para o patrulhamento rural?
(☐) Cinco (☐) Seis (☐) Sete (☐) Oito (☐) Nove (☐) Dez

Obrigado!